

ASPECTOS DA DINÂMICA DO NEOLOGISMO

Maria Aparecida Barbosa

Há que se considerar a neologia como um processo dinâmico que vai do momento de sua criação até a desneologicidade e, desta, para uma nova situação neológica, processo que determina uma flutuação de consciência neológica.

Três aspectos podem ser salientados no que diz respeito ao estudo da gênese do signo: o primeiro, que focaliza o signo como o determinante e, ao mesmo tempo, o reflexo da organização social; o segundo que enfatiza o momento de sua criação, o lugar concreto em que se dá, a seleção que se faz, para se escolher o novo signo, bem como a sua aceitabilidade; e o terceiro, que mostra o processo de sua desneologização.

De uma forma ou de outra, teríamos o estudo do signo *in statu nascendi*, usando a denominação que dá Zygulski (1973, 606) ao fato.

1. ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DA DINÂMICA DO NEOLOGISMO

Segundo a orientação sociológica, a origem do signo, assim como sua função, estão estreitamente ligadas às necessidades sociais do grupo. A função social é considerada, pois, elemento indispensável e constitutivo do signo, que leva a afirmar que "La formation des signes par l'individu exclusivement et pour ses propres besoins, signes qui ne sont compris que de lui, a été constatée entre autres par les psychiatres chez certains malades; elle est considérée comme une marge, parfois tout à fait pathologique, confirmant le caractère social de ces créations." (Gruhle et alii, 1960, apud Lygulski, 1973, 605)

Com efeito, a formação do signo é como uma resposta às necessidades criadas por uma nova situação social. O grupo social, em determinado momento de sua existência, tem necessidade de formar um novo signo, ou criando uma grandeza-signo inteiramente nova, (ste/sdo), ou atribuindo um novo significado a um signo já existente. Do ponto de vista sociológico, assim como do da semiótica, cada nova

proposição do signo merece atenção especial, pois não implica apenas a composição de percepção de um novo fato antro-po-cultural e de uma nova unidade lingüística. É o reflexo de toda uma conjuntura mais complexa e que merece análise mais minuciosa. Na realidade, o mecanismo de formação de novo signo, ou de atribuição de um novo significado aos signos já existentes, é um processo freqüentemente complexo, de formulação e de seleção das proposições feitas no quadro do grupo social interessado.

Para o observador mais atento, estudar os problemas da origem, da estrutura e da função dos signos, a sua formação e sua seleção, realizada dentre numerosas outras proposições, é sentir alguns reflexos de certos traços importantes dos grupos sociais, de sua atividade, de seus objetivos, métodos e valores. Eles podem, não raras vezes, indicar as fontes históricas ou místicas ligadas a esses grupos. Esse é o enfoque do estudo da gênese do neologismo do ponto de vista de sua utilização como instrumento de uma ideologia de uma época, do pensamento de um grupo. Nesse sentido, muitas vezes os neologismos, depois de se integrarem no vocabulário usual, tornam-se signo-símbolos de certas facetas culturais desse grupo. A evocação do objeto, bem como o seu representante lingüístico são mais do que isso, trazem em si todo o reflexo de uma cultura dominante. A compra de um determinado objeto é freqüentemente apresentada não apenas como a aquisição de um objeto utilizável, mas como um signo de situação social de prestígio, do fato de pertencer a uma geração, etc. Nesse caso, o papel dos objetos não se reduz, do ponto de vista social, unicamente a seu emprego como instrumentos; alguns dentre eles recebem a significação dos signos e sugerem, então, qualquer coisa a mais que suas funções instrumentais.

A denominação lingüística desse instrumento não consiste apenas na elaboração, no código lingüístico, de um novo modelo antro-po-cultural. Como tal, serviria apenas para preencher a função primordial dos elementos da linguagem, que seria permitir a transmissão lingüística de um conceito cultural entre os membros de uma dada comunidade. Mas, na realidade, muitas dessas palavras neológicas têm além disso, a função simbólica de evocar uma cultura, uma ideologia ou uma filosofia dominante.

Não só o signo, mas também o signo-símbolo é polissêmico no sistema, por isso a definição do sentido desses signos é contextual. Um dos contextos privilegiados, em que mais se verifica a ocorrência do signo-símbolo é o da publicidade comercial.

1.1. *Aspectos sociológicos da gênese do neologismo*

A abordagem sociológica da gênese e do funcionamento dos diferentes signos, simbólicos ou não, parece constituir um enriqueci-

mento essencial da semiótica, sem o qual esta permaneceria uma disciplina limitada ao estudo dos aspectos formais das criações da cultura. O léxico, cujas formas, exprimem o conteúdo da experiência social, é o conjunto dos elementos do código lingüístico, em que se sentem particularmente as relações entre a língua de uma comunidade humana, sua cultura — no sentido antropológico —, sua civilização. Compreende-se, pois, que uma alteração nas unidades desse inventário, seja o reflexo, não raras vezes, de alterações culturais. Há uma quase simultaneidade no desenvolvimento dos sistemas culturais e dos sistemas semióticos, lingüísticos ou não. “Puisque les *designata* des morphèmes sont des objets dans l’univers socio-culturel des locuteurs, le linguiste ne peut établir les sens que par référence aux aspects extra-linguistiques de la culture. / . / Le relevé soigneux d’un lexique est alors un domaine où le linguiste et l’ethnologue peuvent utilement collaborer. Pour l’ethnologue, la sémantique de la langue du peuple qu’il étudie est un sujet d’importance considérable puisqu’il lui fournit une classification pratiquement complète des objets de l’univers culturel des locuteurs. Pour certains morphèmes dont les *designata* ne sont pas des faits perceptibles par les sens dans le milieu spatiotemporel du chercheur, l’approche linguistique est essentielle. / . / Le lexique d’une langue est comme un miroir du reste de la culture” (Greenberg, apud Rey, 1970, 176-7)

1.2. *O signo como determinante ou reflexo da organização social*

Três postulados se esboçam nesse ponto de nosso estudo:

a) Cada grupo sócio-cultural depreende, organiza e estrutura à sua maneira o potencial semântico, a substância semântica comum a todos os grupos; conseqüentemente, cada um deles tem um inventário lingüístico lexical e gramatical próprio, exclusivo; cada um deles tem valores semânticos que não coincidem inteiramente com os dos demais grupos;

b) A organização e mudança da estrutura desse inventário lexical caminha *pari passu* com a evolução, as transformações da visão do mundo de cada grupo;

c) Essa organização e mudança de estrutura têm características peculiares a cada língua, mas há, em estrutura profunda, pontos de intersecção, que permitem estabelecer entre eles uma relação de oposição transitiva. Alguns desses aspectos seriam:

- 1) Substância semântica e fonético-fonológica comuns.
- 2) Um princípio comum de estruturação.
- 3) Um princípio comum de evolução;

d) Nota-se, além disso, que há certos traços de pensamento, certos valores culturais, ideologias e filosofias que podem ser comuns a vários grupos lingüísticos, em diferentes etapas, apesar das características particulares que assumem em cada um desses grupos, resultantes da maneira exclusiva de cada um apreender o mundo, os dados da experiência.

Ao considerarmos os dois primeiros postulados, surge-nos uma primeira questão, que não é solucionada da mesma maneira pelos estudiosos do assunto:

a) Alguns destacam os códigos de um grupo, especialmente o lingüístico, por ser o mais abrangente, como os sistemas geradores da realidade perceptível;

b) Outros, colocam a organização sócio-cultural como condicionadora dos fatos da língua ou de outros códigos.

Em outras palavras, as estruturas lexical e gramatical determinam o pensamento dominante nessa mesma organização? ou as estruturas lexical e gramatical são o reflexo da organização social?

A nosso ver, as duas posições se completam e, se divergências há, é no que diz respeito à hierarquia dos fatos. Na realidade, uma não existiria sem a outra, isto se considerarmos não só a língua, mas todos os códigos que são utilizados numa comunidade, como geradores e transmissores de informação. Parece-nos que o que provoca um certo desencontro de opiniões é a preocupação de considerar-se um ou outro aspecto como determinante. Nossa posição é a de que se conciliam as duas coisas; não vemos como separá-las. Parece-nos, com efeito, que ambas, organização social e codificação de fatos são processos simultâneos e, no momento em que se dá uma mudança em um deles, haverá inevitavelmente uma mudança no outro. Determinam-se reciprocamente, são interdependentes. Mesmo assim, examinemos essas posições separadamente; na primeira hipótese, a língua teria a precedência, pois ela é que possibilita aos grupos apreenderem a realidade. Logo, as estruturas lingüísticas, ao se formularem, estruturariam a substância semântica e seriam, portanto, o próprio instrumento de construção de uma ideologia, de uma cultura. Assim sendo, a língua não seria o reflexo da maneira de um grupo encarar a realidade, mas o meio utilizado para criá-la. Ela conteria (suportaria) então, toda a cultura desse povo; a sua ideologia ter-se-ia caracterizado à medida que a língua foi evoluindo.

Na verdade, enquanto a língua se constrói, constrói-se a cultura de um povo. Ambas, língua e visão do mundo surgem ao mesmo tempo e caminham juntas em seu desenvolvimento. Por isso disse-

mos, no início desse trabalho (cf. 1) que o inventário lexical e gramatical, ao mesmo tempo determinam e refletem o pensamento, na medida em que o estruturam. Nesse primeiro enfoque, os códigos criam o referente intra e extra-código (é o caso principalmente dos sociofatos, psicofatos) e, mesmo que o homem crie um manufato ou descubra um novo biofato, para depois lhes atribuir uma designação, ele o faz condicionado pelas imposições das estruturas formais dos códigos de seu grupo.

No caso do código lingüístico, cujo conjunto lexical e gramatical impõem de maneira irreversível as suas estruturas, de tal forma que toda apreensão de um novo fato com a sua correspondente estruturação lingüística estará imperceptivelmente sendo elaborada de acordo com as formas de conteúdo e expressão, do léxico, da gramática e das leis combinatórias, das unidades já efetivadas no código. Percebem-se novos fatos, mas nessa percepção os falantes são guiados e limitados pelas codificações pré-existentes.

Segundo Whorf (1940, apud Fishman, 1971, 108) que de certa forma foi um dos autores que da maneira acima entendiam as relações entre língua e grupo sócio-cultural, o sistema lingüístico subjacente, a gramática de cada língua não são simplesmente um instrumento de reprodução para interpretar idéias “ mais plutôt l'instrument qui donne leur forme aux idées, le programme et le guide de l'activité mentale de l'individu, pour l'analyse de ses impressions et pour la synthèse à la base de la conservation de ses pensées. De plus, pour Whorf, la formulation des idées n'est pas un processus indépendant, strictement rationnel au sens étymologique du terme, mais plutôt une partie d'une grammaire particulière, différant donc de grammaire à grammaire.”

Desse ponto de vista, o papel das estruturas lexicais e mais ainda o da gramática não é reproduzir certas idéias, dando-lhe uma forma oral, mas é modelar e gerar as idéias. Essa é também a posição de Humboldt e muitos outros autores, que vêem na língua causa e não consequência, processo e não resultado. Para esses estudiosos, o mundo exterior seria um caos sem a intervenção do sistema lingüístico. O universo semântico existe sem dúvida, mas em estado de pré-codificação; não é possível, pois, conhecê-lo cientificamente, porque o conhecimento que se tem dele é relativo à estruturação em código. Assim, diremos com Whorf (apud Marcellesi, 1974b, 27) que “ . la connaissance qu'un peuple a du monde est relative à sa langue; donc autant de langues ou de systèmes linguistiques, autant de visions du monde”

Na segunda hipótese, vê-se a organização sócio-cultural como condicionadora dos fatos dos códigos, dentre eles, o lingüístico. Um

dos autores que se coloca nessa linha de pensamento é Sapir, como se pode notar, nas seguintes considerações que foram por ele feitas a respeito do assunto: “Também não creio, por outro lado, que língua e cultura tenham entre si, a rigor, qualquer relação de causa e efeito. Pode-se definir a cultura como “o que” a sociedade faz e pensa. / . / será conveniente manter as derivas lingüística e cultural sob o aspecto de processos não-relacionados e não-susceptíveis de comparação. / / É inútil dizer que o conteúdo da linguagem está inteiramente relacionado com a cultura” (Sapir, 1971, 215) Assim, a percepção do mundo é um fato, dá-se numa etapa, e o meio de transmitir essa percepção é outro fato e acontece numa etapa posterior. O código não é focalizado como gerador, como condicionador de informação, mas como instrumento de comunicação de informações previamente elaboradas.

Essa posição cria o problema de se saber em que instância é gerada a informação.

1.3. *A produção da informação social e a codificação lingüística*

Analisando as duas posições, chegamos à formulação de uma terceira proposição que nos parece abranger as duas anteriores, sem negá-las. A primeira proposição, como vimos, dá prioridade ao código, a segunda, à organização social. Parecem ser incompatíveis, portanto. Mas observamos, ao elaborar nosso modelo, que essa incompatibilidade é aparente; podemos conciliá-las mostrando que a *sociedade efetivamente gera a informação, porém a gera em código, uma vez que não existe informação não codificada.*

Não se trata, portanto, de prioridade de um ou de outro fato, mas o problema é de simultaneidade deles num único processo complexo. Se se concebe, como Hjelmslev (1968, 76) uma massa amorfa do pensamento, uma substância semântica comum a todos os grupos, é a sua formalização que vai ser diferente de um para outro grupo. Há um recorte particular no *continuum* amorfo, porque há maneiras diferentes de perceber e sentir o mundo. Esses recortes são feitos pelas estruturas lingüísticas e pelas dos demais códigos. Todos condicionam e são condicionados pela visão do mundo: percebem-se e transmitem-se a maioria dos fatos do universo antropológico-cultural pelas formas lingüísticas, que, por sua vez, contêm o pensamento do grupo que as convencionou, de vez que são o instrumento utilizado pelo grupo como um dos suportes desse pensamento.

Mesmo no caso dos manufatos e sociofatos, em que ocorrem o aparecimento do objeto, para depois se dar a este um nome — o que é discutível —, poder-se-ia dizer a sobrevivência do conceito depende do seu representante lingüístico. À criação objetiva de uma rea-

lidade nova corresponde a formação de um conjunto de signos que constitui um vocabulário específico. Desse ponto de vista, o referente determina o aparecimento da unidade lingüística. Mas o mesmo autor, ao estudar a especificidade do termo científico e técnico, mostra que a palavra neológica tem natureza diferente conforme o universo de discurso em que é criada: “Néologie en puissance d’un côté, relevant à la fois des règles du système de la langue et de l’immagination créatrice des locuteurs, néologie étroitement liée à la réalité exprimée de l’autre” (Guilbert, 1973, 8) A língua como estruturação dos dados da experiência, aparece sobretudo no primeiro tipo de palavras neológicas conforme se depreende da citação de Guilbert. Mas, mesmo nas do segundo tipo, o autor procura mostrar esse aspecto, dando o exemplo de *avião*, em que o conceito “avião” começou a existir lingüisticamente a partir do momento em que recebeu sua consagração pela palavra /avião/

Muitas vezes, pesquisadores estão trabalhando num projeto concebido mental e lingüisticamente antes que o manufato apareça como produto acabado. Foi o caso de *televisão*, e é o caso de *tradução automática*, em que ainda não temos o processo tecnicamente realizado mas já temos o conceito e o signo lingüístico que lhe correspondem. É preciso que o pesquisador faça o recorte lingüístico, para poder trabalhar em sua idéia criativa, no sentido técnico-científico.

O nosso espírito organiza o potencial amorfo de informação, e isso é possível graças ao sistema lingüístico e demais sistemas semióticos que assimilamos. Salientamos, quase sempre, o código lingüístico mas é preciso observar que há todo um conjunto de códigos, que, paralelamente a este, estruturam o *continuum* amorfo e se tornam portadores da cultura e ideologia de um grupo. Não há dúvida de que o código lingüístico é o mais abrangente, o mais completo e econômico, mas ele sozinho não seria capaz de estruturar todos os dados antro-po-culturais virtuais. Isso ocorre porque há fatos que não são suscetíveis de serem analisados descontinuamente pelo código lingüístico. Há, então, necessidade de existir um conjunto de códigos que operam como filtros: a informação antro-po-cultural que não é codificada por um, o será por outro, mas a maioria desses fatos pode ser tratada simultaneamente por vários códigos.

Há dupla filtragem:

a) De grupo sócio-cultural para outro: o mesmo potencial semântico é apreendido diferentemente por cada um deles;

b) Dentro do próprio grupo, pois não são todas as informações que podem ser tratadas por todos os códigos-filtragem devida à natureza do código. (cf. Pais, 1974, 13-15)

O conjunto de todos os códigos, de todos os sistemas semióticos usados por um grupo, constitui a sua macrossemiótica. Há, entre todos eles, pontos coincidentes (uma substância de conteúdo comum, a mesma estrutura, as mesmas relações, podem ser descritas pela mesma metalinguagem lógico-matemática) e pontos dissemelhantes.

De uma forma ou de outra, se analisarmos a *macrossemiótica* de um grupo, chegaremos à *visão de mundo desse grupo*, ou seja, à sua cultura e ideologia. Se, como vimos, os códigos determinam o aparecimento de novos fatos, conclui-se que um grupo só consegue pensar, entender e apreender o mundo através deles e por causa deles. Há, pois, uma correspondência e uma interação entre macrossemiótica e a cultura e ideologia de um grupo. Um dos subconjuntos dessa macro-semiótica é, então, o código lingüístico, donde se pode afirmar que esse código:

- a) É uma das formas do pensamento;
- b) É uma das manifestações do grupo que o fala;
- c) Condiciona, até certo ponto, a apreensão do mundo exterior pelo espírito. Dissemos até certo ponto, porque existem outros códigos, outras maneiras de apreender o mundo através desses códigos, e, além disso, tem-se que considerar a percepção animal do homem;
- d) É um dos mais importantes instrumentos de comunicação entre os membros de um grupo que o estruturou.

Se a língua é um dos códigos, isto é, ao mesmo tempo gerador e suporte de fatos antro-po-culturais; se esses fatos, por sua vez resultam de uma maneira particular que cada grupo tem de analisar a substância semântica disponível; se essa visão particular do mundo está em constante mudança, condicionada pelas necessidades dos membros do grupo conclui-se que as mudanças que se dão em qualquer um deles, repercutem imediatamente nos outros. Um código não é, então, um sistema estático, mas algo dinâmico, que está em constante transformação. A cada momento poderá ser enriquecido com um novo elemento, que por sua vez provocará toda uma mudança nas relações que já existiam entre os elementos efetivos de um universo. Sem dúvida, é necessário lembrar que as mudanças efetuadas no código são mais sensíveis no subconjunto lexical, pois, se estas se refletem no subconjunto gramatical, isso se dá de maneira muito menos rápida e sensível. Como o inventário gramatical é limitado e fechado, é sobretudo no inventário lexical que se manifesta lingüisticamente a constante mudança de visão de mundo, através de reformulações das estruturas lexicais. *Os códigos, principalmente o lingüístico, constituem um permanente nascer de signos.* Esse contínuo enriquecimento é

uma exigência do próprio meio social que está em constante evolução. Como ambos caminham lado a lado, há uma homologia entre estrutura da linguagem e estrutura da ação: desenvolvimento do sistema semiótico lingüístico e desenvolvimento sócio-cultural e técnico-científico ocorrem paralelamente — há uma interdependência dos dois processos.

A mutabilidade lingüística, que se vai processando à medida que novos signos vão sendo criados, é um processo inevitável na língua, mas não constitui uma ameaça para a sua continuidade e para a intercompreensão dos membros do grupo. O mesmo acontece com as estruturas sócio-culturais. As instituições humanas, principalmente a linguagem, trazem em si mesmas duas forças contrárias, mas que não se excluem: a do desenvolvimento e da conservação — ambas necessárias ao seu pleno funcionamento —. A mutabilidade é inerente às próprias características do grupo lingüístico-cultural, mas existe nele, também uma força de conservação socialmente necessária. Esses aspectos contrários são denominados por Saussure (1964, 104) “mutabilité”, “immutabilité” da língua. A mutabilidade ocorre de maneira inevitável mas a realidade cotidiana dos membros do grupo lingüístico-cultural é a ilusão da permanência dos sistemas semióticos, embora estejam em constante mudança.

Essa impressão de imobilidade e de homogeneidade dos códigos, principalmente o lingüístico, se deve, segundo Martinet (1970, 172), dentre outros fatores, à estabilidade da forma escrita, ao conservantismo da língua oficial e literária, e, sobretudo, à incapacidade do falante de lembrar-se de como eram as estruturas lingüísticas anteriores às de sua época, ou de suas próprias estruturas de períodos mais afastados de sua própria vida. Mas a oscilação entre a mutabilidade e imutabilidade da língua constitui processo contínuo e irreversível. Toda língua está mudando a todo momento, e isso ocorre sem que os falantes tenham muita consciência de que ela deixa de ser idêntica a si mesma, enquanto a falam.

É no universo léxico de uma língua que mais sentimos a realidade social porque ele é a estruturação lingüística do universo antropológico-cultural, cujas unidades são os modelos de fatos biossociais, que constituem o universo referencial de um grupo. Entretanto, o universo léxico, assim como os outros elementos do código lingüístico, estão submetidos à dupla lei a que acima nos referimos: a da continuidade e a da mudança que, acumulada, leva à evolução da língua. Embora possam as duas leis parecer antagônicas, na realidade não o são: a primeira assegura a continuidade da língua; a segunda, atende às necessidades do processo de renovação social. Existe, pois, uma parte nuclear no vocabulário de uma língua, uma *dia-norma* que é transmitida de uma geração a outra, assegura a possibilidade da comunicação,

no quadro de uma comunidade nacional, e que dá a esta última o sentimento de sua continuidade.

Esse fato ocasiona a maior permanência do vocabulário fundamental de uma língua, na passagem de diferentes épocas, e determina ainda uma relativa resistência social à renovação, e certa insistência na manutenção da tradição lexical. Entretanto, as mudanças ocorrem, mesmo que encontrem certos tipos de obstáculo. O universo léxico é movido pelas forças da renovação, dada a sua condição de universo de significação, uma fonte inexgotável de novos valores. Poderíamos, desse modo, definir a norma do universo léxico como a média que se estabelece entre a ação contrária das forças de conservação e renovação. Disso resulta um equilíbrio estável, que é perceptível triplamente: na conservação de certa parte do léxico, no aparecimento de novas unidades léxicas e no desaparecimento de outras.

O lugar, pois, em que se encontram as duas tendências contrárias — mudança e estabilidade — está nos sistemas semióticos, geradores e reflexo desses aspectos, sistemas que são o suporte formal e formalizador da cultura e da ideologia. Nesse sentido, diríamos com Marcellesi (1974, 201) “On appelle changement linguistique ce qui *traduit et pratique* un changement de rapports sociaux” A mutabilidade dos sistemas semióticos, e, especificamente, a do sistema lingüístico, responde à necessidade de evolução do mundo, de comunicação de experiências novas.

É preciso lembrar que evolução e mudança não são a mesma coisa: toda evolução é uma mudança, mas nem toda mudança gera uma evolução. Embora, a longo termo, paulatinamente, as mudanças acumuladas provoquem evolução. O código lingüístico constitui um contínuo nascer de signos, porque essa mudança em suas estruturas é um processo simultâneo às novas descobertas científicas, com o progresso técnico e industrial, e à modificação da vida social, com novas maneiras de pensar e apreender o mundo. Para Volochinov (apud Marcellesi e Gardin, 1974, 187-8) “ le langage relève de l'idéologie ou, mieux, *est l'idéologie*, la condition sine qua non de l'idéologie / . / Que le signe linguistique soit idéologique a des conséquences importantes: 1) Le signe néologique est toujours inextricablement lié à la situation sociale qui l'a produit / . / est neutre quant à toute fonction idéologique spécifique.”

É impossível, pois, entender a gênese e o desenvolvimento dos códigos de um grupo, sem ligá-los à vida do próprio grupo, pois a sua função social é, sem dúvida, o aspecto mais importante de sua natureza. Essa função social é aqui, entendida de duas maneiras:

a) O código possibilita aos membros de um grupo apreender a substância universal, estruturando-a e dando-lhe a forma que é considerada válida para esse grupo;

b) Possibilita também a coordenação de seus pensamento, por uma sucessão de signos, bem como a sua transmissão aos outros membros de sua comunidade.

2. A GÊNESE NEOLÓGICA: AS CIRCUNSTÂNCIAS TEMPORAIS E ESPACIAIS. ACEITABILIDADE

Abordando o problema da gênese do neologismo do ponto de vista temporal e espacial de sua criação, pode-se dizer, inicialmente, que, não é pelo fato de uma palavra ter um caráter inédito, que passa a ser considerada imediatamente palavra neológica. Há vários momentos importantes na criação do neologismo:

a) O que diz respeito ao instante mesmo de sua criação;

b) O momento pós-criação, que se refere à recepção, ou ao julgamento de sua aceitabilidade por parte dos destinatários, bem como a sua inserção no vocabulário e léxico de um grupo lingüístico-cultural;

c) O momento em que começa a dar-se a sua desneologização.

2.1 *O momento e o lugar da gênese neológica*

Este aspecto está ligado ao processo da enunciação. Ao ter a percepção de um novo dado antro-po-cultural, e ao estruturar um novo signo lingüístico, que vai ser o seu suporte, o locutor tenta passá-lo a outrem, num ato de enunciação em que ele apareça pela primeira vez; as unidades já existentes no léxico, que poderiam, em princípio, servir para aquele novo modelo, aquela nova percepção, não são, na realidade, empregadas, por não exprimirem exatamente, a seu ver, todos os traços sêmicos que o locutor deseja transmitir. Daí a necessidade que sente, de criar uma nova unidade léxica, que dê conta satisfatoriamente, do seu ponto de vista, da representação do fato.

O enunciador do neologismo que é atualizado pela primeira vez, procura usar vários recursos formais, a fim de chamar a atenção para a palavra neológica e assegurar, assim, a decodificação, através dela, do novo conceito, pelos destinatários. Em outras palavras, ele procura *despertar a consciência da neologicidade da palavra que está empregando*. Esse recurso varia conforme o tipo de discurso, em que o locutor situa sua fala, conforme o quadro enunciativo.

Se o emprego ocorrer no discurso oral, coloquial (distenso, por exemplo), o locutor poderá fazer comentários a respeito, dissipando as

possíveis dúvidas; poderá dar-lhe uma entonação especial, destacando-o dos demais signos da frase; poderá fazer um gesto que mais ou menos corresponda ao conceito; ou, ainda, usar auxiliares modais que reforcem a mensagem. No discurso escrito, há vários artifícios gráficos para advertir o destinatário da presença de um neologismo: ou se coloca a palavra em itálico, ou entre aspas, ou ainda se pode fazer acompanhar o neologismo de uma explicação parassinonímica.

Comumente, o neologismo resulta da ação individual de um locutor, mas ocorre, às vezes, que ele resulte do consenso de um grupo de especialistas de determinada especificidade; ou, ainda, pode ser criação popular, sem que seja possível surpreender-lhe a origem. Essa ação pode ser consciente ou inconsciente por parte dos emissores e não são as mesmas motivações que levam um tipo ou outro de locutor a gerar uma nova palavra, e, simultaneamente, propor um novo conceito. Eles podem surgir como uma conseqüência de uma necessidade social e lingüística; como também podem surgir como resultado de intenções estilísticas de um locutor que quer causar certos efeitos no interlocutor e, para tanto, manipula de tal forma as estruturas das palavras conhecidas, que acabam por se tornarem novas palavras com novo referente.

O fato é que qualquer locutor, de diferentes níveis sócio-econômico-culturais, com diferentes objetivos e segundo diferentes necessidades sociais, tem, em sua competência, os mecanismos essenciais da língua para a neologia. Essas estruturas, que funcionam como modelos teóricos disponíveis, permitem-lhe a produção de novas unidades lexicais, novos empregos. Qualquer falante numa língua pode ser autor de um neologismo. Isso é comprovado não só pelo contínuo enriquecimento do vocabulário da norma culta ou das normas profissionais, como também das normas do discurso banal, como o demonstra a produção da língua popular e da gíria.

O direito à criação de novas palavras não foi sempre assim entendido, sofreu variações como a própria sociedade e a língua dos diferentes grupos. Assim é que houve época em que esse direito era reservado ao monarca e a alguns escritores de renome; em época posterior o modelo social e lingüístico foi representado por uma elite social — em termos de dominância dos meios de cultura — e pelos melhores escritores, assim reconhecidos por essa classe.

Desse modo, com a sucessão das épocas e dos valores, esses modelos têm sido consciente ou inconscientemente determinados por diferentes critérios. Entretanto, qualquer que seja a época, nota-se sempre certo esforço por parte de alguns grupos ou instituições conservadoras, no sentido de acentuar, entre as duas forças contrárias —

conservação e renovação — a da conservação, e opor certa resistência a toda neologia, para “salvaguardar o gênio da língua”

Essa defesa da língua foi justificada como necessária para manter a unidade desta; encontra sua expressão na língua escrita, porque os textos escritos, de modo geral, procuram respeitar as normas gramaticais e lexicais estabelecidas; no escritor de renome, embora dentre os membros dessa classe se estabeleça uma hierarquia, em que o critério da notoriedade e da difusão das obras atribui ou não a autoridade para representar essa qualidade de linguagem; nas Academias de Letras, na escola, dentre outros.

Os jornais de grande difusão, constituem um lugar privilegiado do movimento dialético conservação-renovação, pois o jornalista, além de precisar “escrever bem” e segundo os padrões estabelecidos, precisa, ao mesmo tempo, dar conta dos novos dados sociais — novos *designata* — e empregá-los, por vezes, como instrumento de agressão, para atingir os locutores e obrigá-los a reagir

Como se nota, há todo um sistema que procura manter o purismo da língua, ou como diz Guilbert (1975, 51) “Cet ensemble d’institutions constitue l’appareil normatif qui maintient le lexique de la langue dans les limites d’une rigide tradition et tolère, au compte-gouttes, la diffusion des formes lexicales nouvelles.” Mesmo quando não há coerção oficial (escola, gramática tradicional, dicionário etc), o prestígio ou *status* de um subgrupo da comunidade pode atuar como fator coercivo, ou, às vezes, desencadeador do neologismo, — é o caso do prestígio popular do locutor de televisão, que pode, inclusive, impor uma falsa forma-padrão (o hiper-urbanismo)

É inegável, entretanto, que as mudanças da língua se efetuam, apesar de todas as pressões conservadoras, e ocorrem em todos os níveis do sistema lingüístico, em todos os níveis e registros de fala e em todos os universos de discurso. Não são raros, por exemplo, os neologismos populares que, pouco a pouco, tornam-se neologismos de língua e, depois, norma. O ponto intermediário entre o neologismo de fala e o de língua é o uso da unidade por mais de um locutor.

No dizer de Darmesteter (apud Guilbert, 1975, 51) “En fait de langage, le peuple est souverain, ses erreurs, une fois adoptées, deviennent lois”

Na criação lexical, podem-se distinguir duas fases: aquela que considera o neologismo no instante em que é produzido num quadro enunciativo, e a fase em que ele é apreendido e registrado pelos falantes-ouvintes do grupo.

É no ato de fala que se dá a criação neológica, embora os modelos de estrutura sejam fornecidos pelo sistema. Cada ato de fala

é inédito, no sentido de que é único, exclusivo e jamais se repete. No caso da neologia lexical, esse caráter inédito é duplo; acrescenta-se à exclusividade da enunciação, a atualização de uma unidade ainda não existente como elemento efetivo, mas apenas como virtualidade do sistema.

Essa criação se dá num ato de enunciação escrito ou oral, e a passagem do estatuto de neologia de fala para neologia de língua começa nesse momento concreto da criação mas não depende apenas dele. Se ele se limitasse a aquele ato de enunciação do locutor-autor, estaria fadado ao esquecimento; não passaria desse ato.

O neologismo assume o estatuto de neologismo de língua quando, depois, de criado num ato de fala, é aceito pelos interlocutores, e reempregado em outros atos de comunicação.

Para tornar-se neologismo de língua, ele depende, então, de uma série de circunstâncias: o próprio locutor pode atualizá-lo em outros discursos, e, assim, multiplicar as possibilidades de seu emprego; os receptores podem, depois da mensagem neológica, começar a empregá-la em novos contextos; ou ainda usar um dos elementos morfológicos desse neologismo para criar um outro neologismo, isto é, um dos elementos da forma neológica primeira serve de base para uma palavra neológica segunda.

Este último mecanismo parece-nos ser dos mais importantes, pois não só reconhece o neologismo, como também o toma como ponto de partida para novas criações lexicais. A questão da aceitabilidade do neologismo se configura, pois, como um aspecto crucial da dinâmica do léxico, na medida em que é a aceitação do neologismo que determina a recuperação pelo sistema da informação elaborada em discurso e possibilita, dessa maneira, a renovação do universo lexical.

Distinguir-se-iam, neste estágio, dois níveis de aceitabilidade:

- a) Aceitação da mensagem do locutor-autor, simplesmente;
- b) Aceitação da criação como elemento válido para integrar-se no código do receptor, como disponibilidade para novas atualizações.

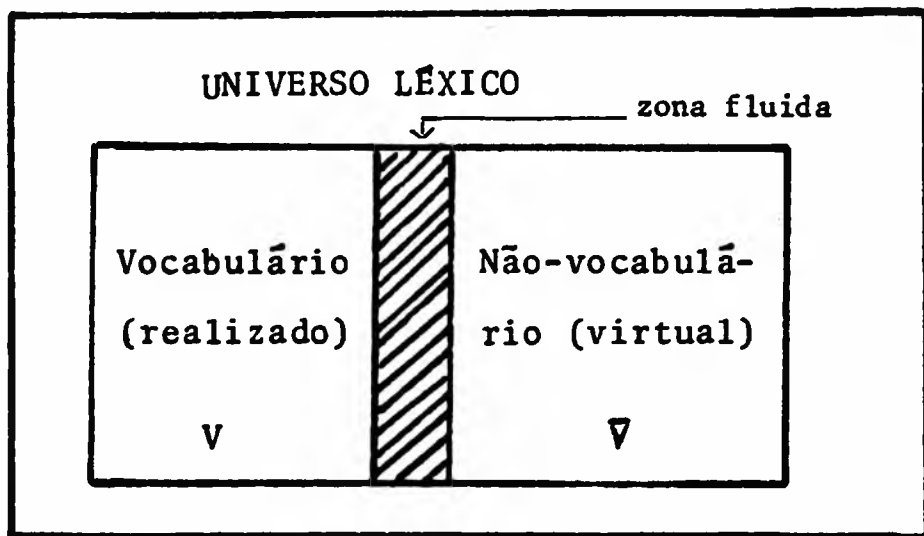
As considerações sobre a gênese neológica, no que se refere às suas circunstâncias espaciais e temporais, poderiam ser assim resumidas:

1. O neologismo, antes do ato que o cria — exceção feita aos empréstimos estrangeiros —, pertence ao sistema como virtualidade, mas não pertence ao inventário das unidades léxicas memorizadas disponíveis para atualizações. É ainda uma lexia virtual.

2. No ato de fala que o cria, é um neologismo da fala. Depois de criado, pode ocorrer que o Emissor o perca. Do ponto de vista dos Receptores, pode acontecer também o ouvirem eles e não o registrarem.

Consideremos, como Pais (1975, 74), o universo léxico como o conjunto de todas as lexias já memorizadas ou das que podem ser atualizadas. O universo léxico contém, então, não só todos os conjuntos vocabulários como também o das lexias virtuais.

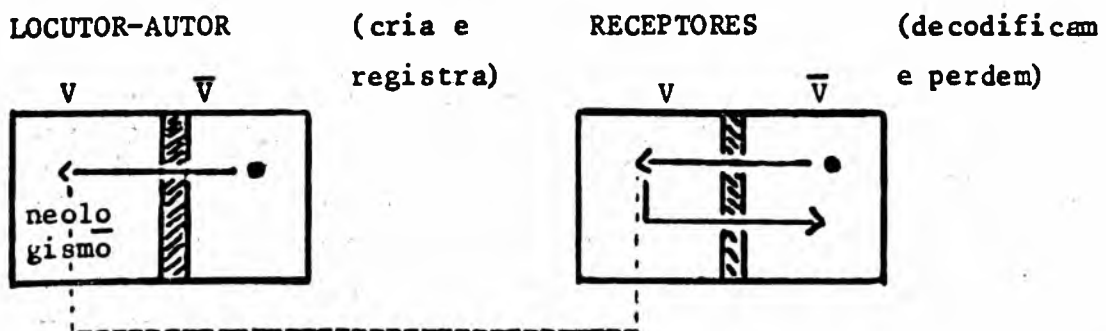
Formalizando-o, em termos de teoria dos conjuntos (conjuntos fluidos), teríamos:



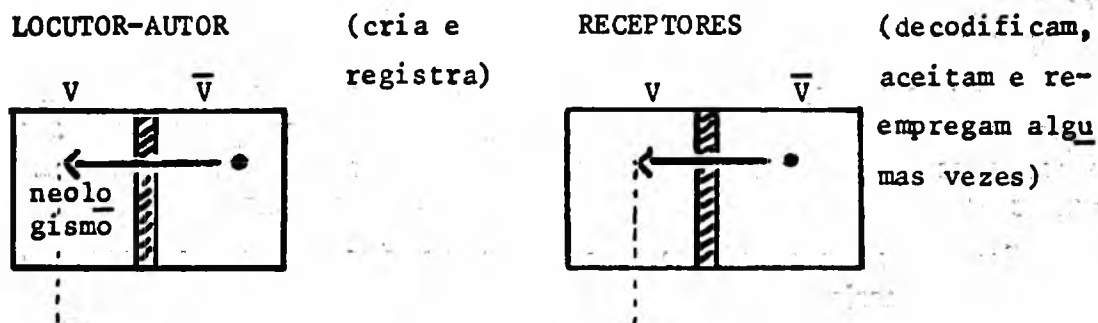
ou seja,

$$U_L = \{ V \cup \bar{V} \}$$

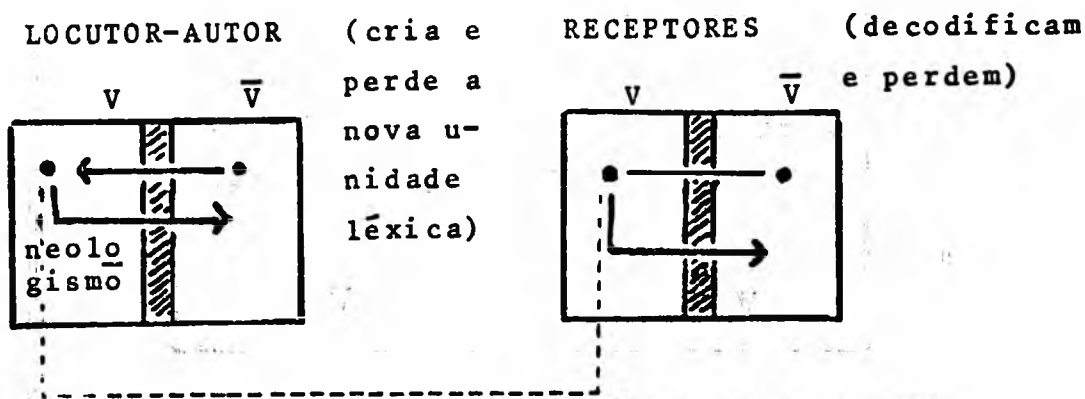
Se o Emissor cria e perde o neologismo, e o Receptor o ouve e o esquece, essa unidade não passou de um ato de fala e não entrou, pois, para o inventário do conjunto vocabulário. Era virtualidade do sistema, ocorre num ato de fala e volta a ser virtualidade do sistema:



Mas pode acontecer que apenas o Locutor-autor memorize a nova lexia e se lembre dela, e que os Receptores a percam:



3. Se aceita pelo grupo, aceitação revelada em novas atualizações, passa a pertencer ao inventário das unidades léxicas memorizadas, não necessariamente de alta frequência:



4. Tornando-se seu uso de alta frequência e distribuição regular entre os falantes, perde o seu caráter de neologismo e passa a integrar a (uma) norma.

5. Se a frequência decai, permanece como possibilidade do sistema, deixando de pertencer à norma.

2.2. Aceitabilidade do neologismo

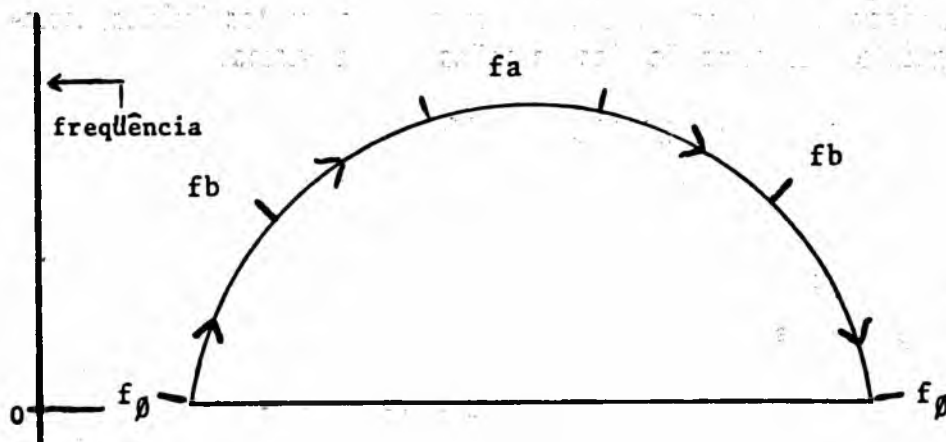
Se o primeiro momento do ato neológico é a sua criação, o segundo momento se refere à recepção ou à aceitabilidade do neologismo pelos destinatários, bem como a sua inserção no conjunto das unidades léxicas memorizadas. Uma vez criado, o neologismo só passa a ter esse estatuto, se o seu uso se generaliza a ponto de ser um vocábulo disponível de, pelo menos, um grupo de indivíduos.

Numa primeira etapa, os membros do grupo tomam conhecimento dessa produção, depois eles mesmos começam a empregá-la e, assim, vai-se processando a sua difusão. Ou então, há uma rejeição natural ou intencional do termo e, esse desaparece ao nascer.

É no meio social que se processa o julgamento da aceitabilidade, e isso depende não apenas da vontade de cada falante, como também

de um consenso social e cultural, que populariza ou faz rejeitar certas novidades. Uma das primeiras condições para que elas sejam aceitas, é, pois, o seu emprego por vários locutores. A repetição do emprego do neologismo e o sentimento de que é compatível com a língua, acabam por impô-lo.

Desde o momento em que é criado até o momento em que se torna neologismo de língua, e deste até aquele em que se desneologiza, entrando na norma, passa por várias etapas, que representam as variáveis de freqüência, e nos permitem situar o neologismo em relação ao sistema, às normas, às zonas fluidas entre uma norma e o sistema. Há, então, uma gama de variáveis de freqüência que pode ser percorrida pela palavra neológica:



em que f_0 = freqüência zero; fb = baixa freqüência; fa = alta freqüência.

Conforme o ponto desse *continuum* ocupado pela unidade lexical memorizada, pode-se definir a sua relação com sistema, normas e zona fluidas. Assim, se ela desaparece, ao ser criada, sua freqüência é zero — ela pertence ao sistema como virtualidade —. Se é criada e reempregada por outros indivíduos, ela pertence ao sistema, e ao conjunto vocabulário que abrange os elementos já memorizados. Ela não pertence ainda à norma, pois, neste momento, situa-se na zona intermediária entre o sistema e a norma. É uma zona fluida em que o fato neológico vai caminhando da baixa para a alta freqüência, sem que se possa verificar quando e como se operam essas mudanças, e em que ponto do processo elas se encontram.

A lexia, então, pertence ao conjunto vocabulário, porque é unidade memorizada pelos falantes, mas não é, ainda, de alta freqüência. O conjunto vocabulário contém elementos de alta freqüência — norma — e de freqüência cada vez mais baixa. Há, então, entre o sistema

e a norma, uma faixa que percorre todos os valores, de alta, média e baixa frequência, achando-se todos os elementos implicados contidos no conjunto vocabulário.

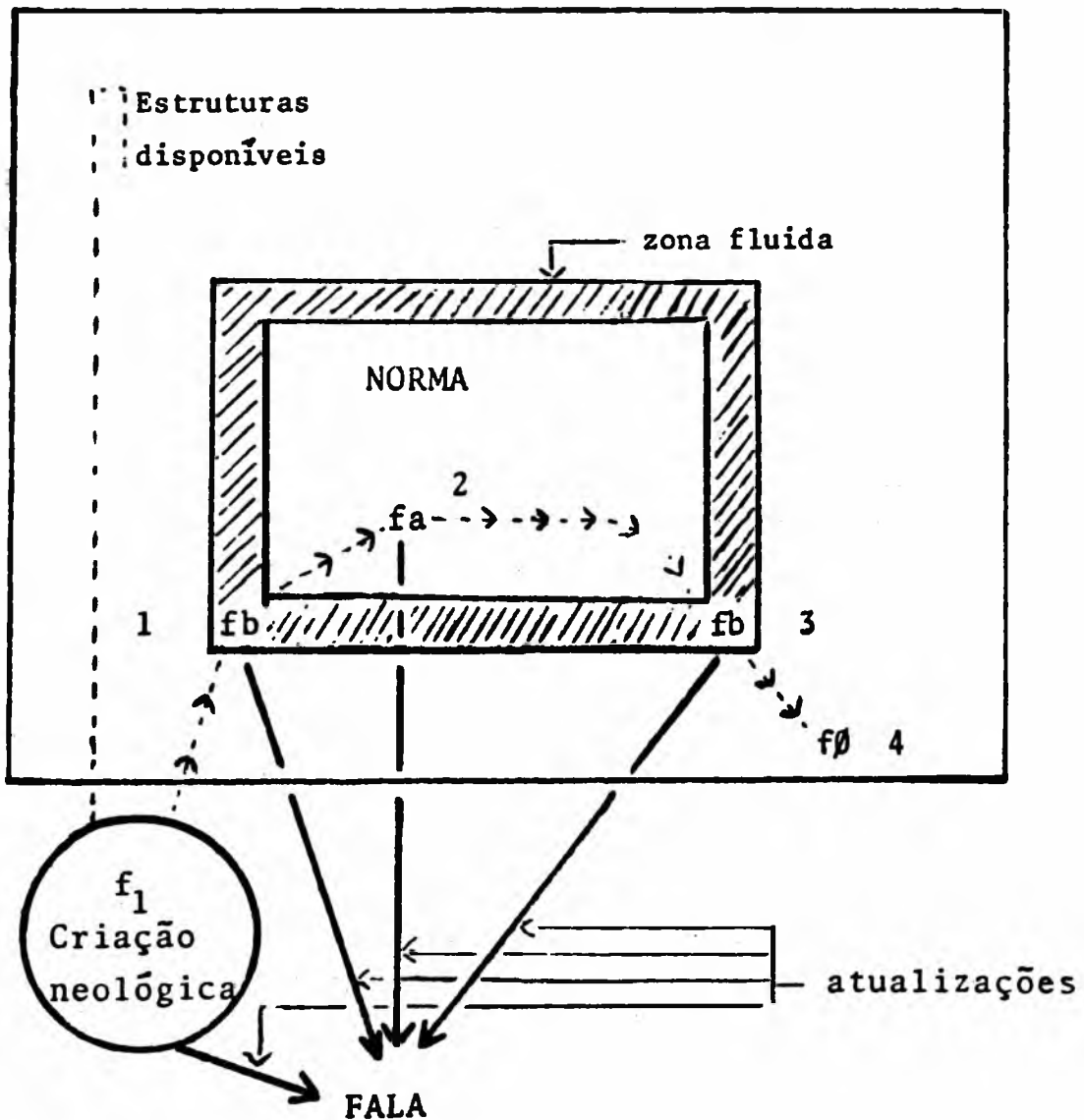
Se a palavra neológica passa a ser de alta frequência e de distribuição regular entre os falantes, deixa de ser neologismo, perde esse caráter, e passa a pertencer ao subconjunto vocabulário dos elementos de alta frequência, que constituem a norma.

Entretanto, uma palavra pode ter a sua frequência de atualização progressivamente diminuída, e, nesse sentido, é possível que chegue, inclusive, até a frequência zero.

A diferença entre este tipo e o primeiro caso de frequência zero, acima referido, é que aquele desaparece ao ser criado, enquanto este desaparece depois de ter sido muito empregado.

Num ideograma construído em termos de conjuntos fluidos, teríamos a seguinte formalização das relações acima vistas:

SISTEMA LINGUÍSTICO



Por esse esquema, verifica-se que:

1. Há unidades léxicas cuja freqüência vai aumentando em direção à norma. Foram criadas a partir dos modelos já existentes no vocabulário comum que refletem as estruturas possíveis no sistema. São ainda neologismos, cuja origem formal está no sistema, e se encontram numa zona fluida entre sistema e norma.

2. Há lexias que se tornam de alta freqüência e distribuição regular entre os falantes. Temos aqui os neologismos que se tornam norma, juntando-se a outras formas de alta freqüência, cuja origem é anterior. Nesse momento o neologismo passa a fazer parte da norma e, assim, perde o estatuto de neologismo. Na realidade, podem distinguir-se dois tipos de vocábulos pertencentes à norma:

- formas de alta freqüência — norma — palavras de formação não recente;
- formas de alta freqüência — norma — que acabam de deixar de ser neologismo.

3. Há formas cuja freqüência, depois de um período de emprego estável, diminui, de modo que deixam de ser freqüentes em um determinado tipo de norma, ou mesmo, na dianorma. Entretanto, essas unidades permanecem no sistema: são codificáveis e decodificáveis pelos falantes; são disponíveis para os falantes de uma mesma época, apenas são pouco empregadas. Encontram-se, também, numa zona fluida.

4. Há unidades léxicas que não são mais empregadas, mas ainda permanecem no sistema. São de alto custo de codificação e decodificação, entretanto ainda são conhecidas de alguns falantes de idades diferentes. Constituem unidades de baixa freqüência, mas que ainda são entendidas por certo número de falantes de determinada faixa etária.

5. Há finalmente, lexias que não são mais usadas, e só são entendidas por falantes de idade avançada. Num dado momento, numa comunidade lingüística, coexistem, segundo os grupos sociais e segundo as gerações, vários conjuntos vocabulários. Nota-se que algumas formas são comuns aos falantes-ouvintes que pertencem a duas épocas em intersecção. Mas há outras que pertencem apenas ao conjunto vocabulário dos falantes de faixa etária mais velha; estas serão sentidas pelos locutores mais novos como arcaísmos, causando-lhes sua atualização uma estranheza comparável, de algum modo, à dos neologismos.

Conclui-se que não se pode dizer que haja limites temporais e espaciais rígidos, que permitam determinar o momento em que uma palavra deixa de ser neologismo de discurso para ser norma entre falantes; ou que uma palavra tenha deixado de ser muito empregada, ou então que tenha se tornado um arcaísmo. Há, sim, como se vê, períodos de transição para cada unidade léxica, em que se tem uma

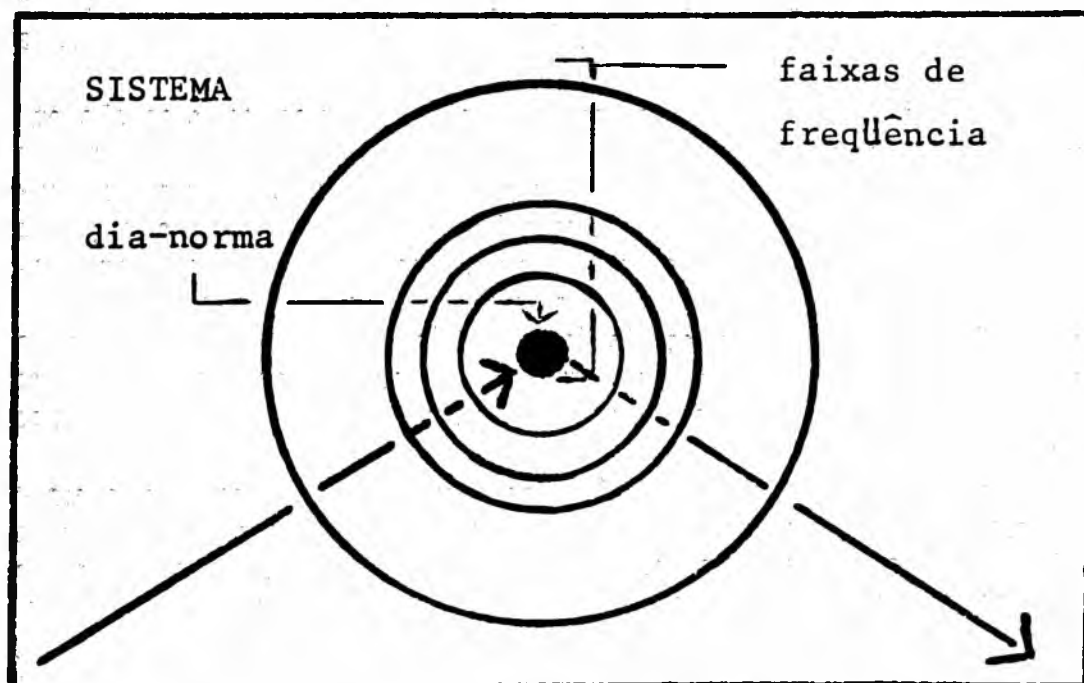
superposição de processos, até chegar-se à definição de uma estabilidade provisória. Antes de ser neologismo de língua, por exemplo, há um momento em que a nova lexia é apenas neologismo de fala; em seguida, adquire o estatuto de neologismo de língua, como unidade efetiva, já memorizada, disponível na consciência lingüística dos falantes.

Não se podem estabelecer, pois, limites rígidos para os fatos sócio-lingüístico-culturais. Não se pode dizer onde começam e onde terminam os fatos de norma; onde termina a norma de um grupo e começa a de outro; quando e onde o fato começou a ser de alta ou baixa freqüência, porque todos esses processos estão em contínuo dinamismo e isto torna inviável o registro da ocorrência de um dos fenômenos no momento exato em que se dão.

O tratamento estatístico pode fornecer dados que reproduzam uma etapa sincrônica, mas não as sucessivas passagens de uma etapa para outra. É por isso que, em se tratando de instituições humanas — e a língua faz parte delas, os fenômenos têm de ser estudados quase sempre em termos de fluidez de espaço de tempo, embora, repetimos, nada impeça de observá-los em momentos sincrônicos, do ponto de vista metodológico.

Ao lado de elementos estáveis, que constituem a imutabilidade (Saussure), tem-se uma grande faixa de flutuação, em que estão ocorrendo mudanças (a mutabilidade).

Como a freqüência de atualização, um indicador de estabilidade de um elemento lingüístico, é um *continuum*, um *crescendo* ou *de-crescendo*, pode-se figurar o dinamismo da relação sistema/norma dessa maneira:



A definição de todas essas situações vai depender sempre da conjuntura social e dos componentes do grupo, da aceitação dos elementos novos.

Se uma unidade léxica nova é aceita, e se torna freqüente, perde o seu caráter de neologismo, para juntar-se às demais unidades que já foram consagradas pelo uso. A consagração final da palavra neológica é a sua inserção no dicionário, porque o registro de um termo no dicionário confere-lhe o estatuto de elemento lexical da língua, ao lado dos outros já existentes, do ponto de vista dos grupos conservadores. Antes de ser registrado no dicionário, já se tem consciência de sua aceitação mas o figurar na lista das palavras do dicionário, faz que o termo seja considerado “*definitivo*”. O papel do lexicógrafo, nesse sentido, é muito importante, pois a ele e à sua equipe cabe de certa forma a responsabilidade de consagrar a aceitação do neologismo ou rejeitá-lo. As precauções por eles tomadas fazem que, na prática, o neologismo só seja registrado em dicionário, e definido como aceitável para todo o grupo, quando já perdeu esse caráter, do ponto de vista dos falantes, de um modo geral.

Não só o critério da gramaticalidade mas também o da universalidade são levados em conta; e dão-lhes elementos para fazer constar do dicionário a nova palavra. “Le lexicographe ne se propose pas seulement de faire la description du lexique dans les performances verbales des sujets parlant le français, mais aussi celle des *attitudes* de ces sujets à l’égard des *types de comportement verbaux* parlés ou écrits. / ./ le lecteur / ./ doit y trouver non seulement la confirmation de ses propres jugements de *grammaticalité*, définissant la correction des phrases, mais aussi celle de ses jugements d’*acceptabilité* définissant son appartenance à une culture” (Dubois, J. et C., 1971, 99).

Como observa o autor, o dicionário é um texto cultural e seus julgamentos de gramaticalidade e universalidade devem estar de acordo com uma norma cultural. “Cette norme culturelle est conforme à l’*idéologie* de la classe sociale dominante et c’est à elle que vont se référer les jugements de valeur du dictionnaire” (Dubois, J. et C., 1971, 99)

Desse modo, quando se chega a registrar um neologismo é porque sua aceitabilidade atingiu o nível de norma do grupo (perdeu o caráter real de neologismo). A aceitação do grupo é comprovada pelo dicionário. De outro ponto de vista, para o falante-ouvinte, o fato de pertencer ao dicionário a palavra atribui-lhe um caráter estável. O falante julga, então, que a lexia é aceitável porque está no dicionário, enquanto o dicionário reflete uma aceitação já comprovada, a do grupo.

Poder-se-ia dizer, então, que existe uma situação de *tensão léxica* entre o repertório do dicionário e o inventário de unidades dis-

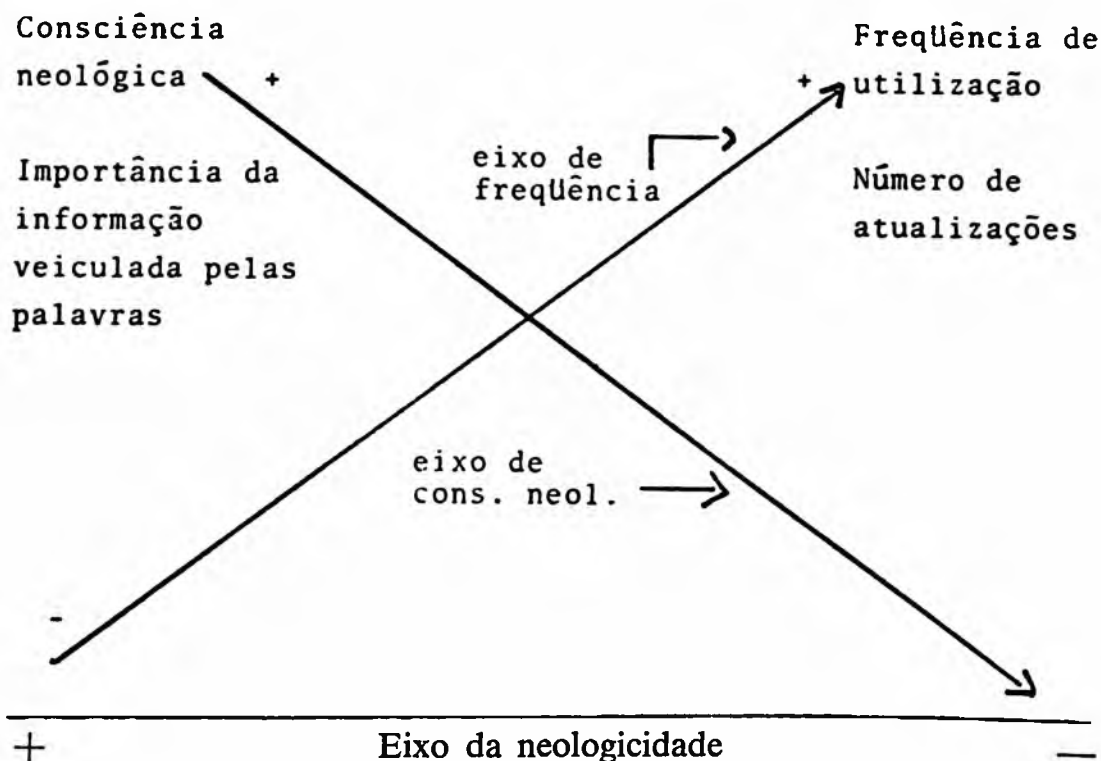
poníveis no banco de memória dos membros do grupo sócio-lingüístico-cultural.

3. A PERDA DA CONSCIÊNCIA DO FATO NEOLÓGICO: A DESNEOLOGIZAÇÃO

A freqüência de repetição do neologismo pode determinar a maior ou menor consciência da neologicidade. Esta aparece, sem dúvida, no momento da criação do neologismo, e vai progressivamente diminuindo, à medida que o seu emprego aumenta. Por isso, como afirma Marcellesi (1974, 96), a importância do conteúdo da informação veiculada pelas palavras, ou seja, a sua carga de informação, é inversamente proporcional à freqüência de sua utilização, ao número de atualizações. Desse modo, o aumento da freqüência de emprego acarretará necessariamente a redução da taxa de informação fornecida pelo vocábulo — este deverá convir a um maior número de contextos —, e, por isso mesmo, a diminuição, ou atenuação, de seu caráter de neologicidade.

Com efeito, a alta freqüência de emprego de termos novos, bem como o maior contacto que os falantes-ouvintes vão tendo com eles, tornam-nos conhecidos e fazem, pouco a pouco, desaparecer o impacto da novidade lexical. Em outras palavras, o caráter de neologicidade vai sofrendo um processo de esvaziamento progressivo, até que, imperceptivelmente, os vocábulos passam a integrar o inventário das unidades lexicais memorizadas de alta freqüência e distribuição regular entre os falantes.

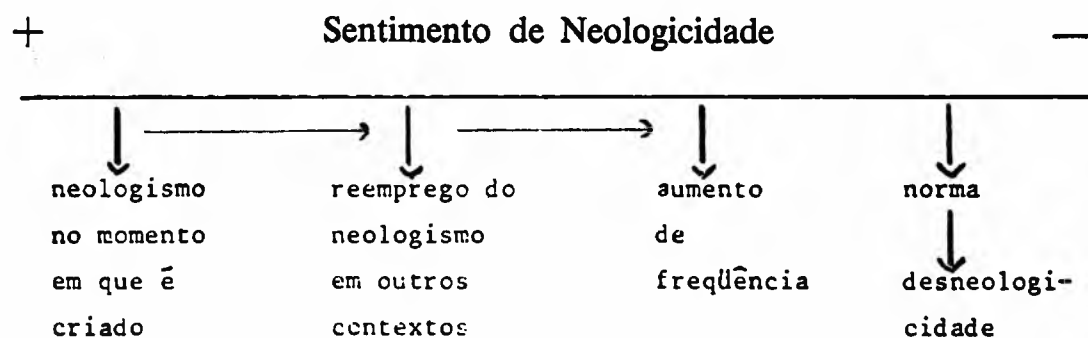
Seja, pois, o esquema:



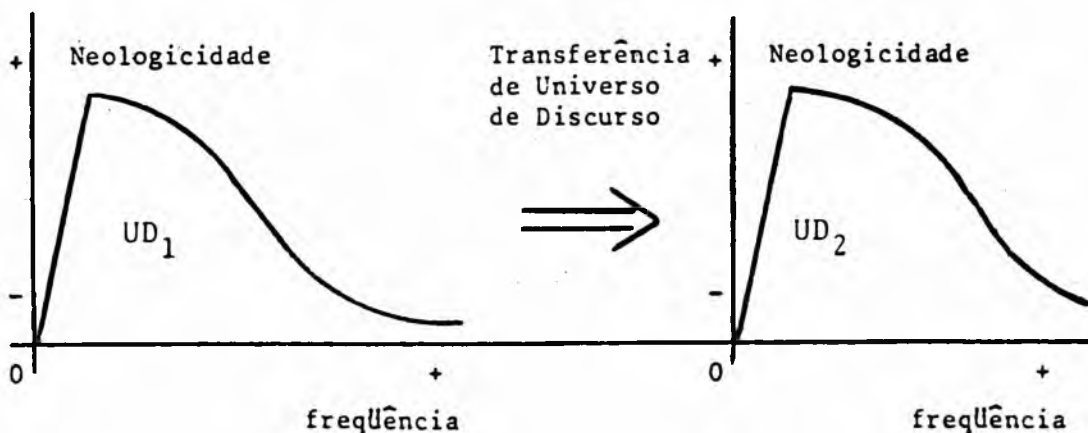
- | | |
|--|--|
| 1) Carga de informação mais alta | 1) Diminuição do caráter de neologicidade. |
| 2) Maior custo de decodificação. | 2) Desaparecimento do impacto da novidade lexical. |
| 3) Possibilidade de entrar em menor número de contextos. | 3) Redução da taxa de informação fornecida pelo vocábulo. |
| | 4) Processo do esvaziamento progressivo do caráter de neologicidade. |

Uma palavra é neológica no momento de sua criação mas o seu uso freqüente tira-lhe essa característica. No universo de discurso em que foi criada, perde o estatuto de palavra neológica.

Parece-nos, por conseguinte, que caberia propor *faixas* de sentimento de neologicidade:



Entretanto, uma palavra desneologizada pode adquirir novamente o caráter de neologismo, quando transferida para outro universo de discurso; a distribuição e a combinatória inesperadas alteram a sua carga sêmica, donde uma ampliação da polissemia, a par de um novo conteúdo de informação. Nesse caso, a relação consciência neológica/freqüência de emprego seria:



Um lugar privilegiado para se estudar esse fenômeno é, sem dúvida, o discurso político, sem contar o discurso literário, em que o neologismo semântico é uma constante. No discurso político, nota-se, por exemplo, que se instala uma *dia-norma* vocabular, que seria a intersecção de vocabulário, usado na campanha dos vários grupos políticos, em nível nacional. Cada grupo procura impor seus próprios significados aos significantes que fazem parte do vocabulário político comum e combater a mesma tentativa no adversário, procurando, ao mesmo tempo, impedir, com isso, que esses signos usados pelos adversários se tornem norma. É um movimento dialético de projeção de normas.

Observa-se, nesse processo, que muitos fatos que já não eram mais percebidos como neológicos, passam a ser empregados e sentidos como tais pelo grupo que se esforça por que seja o neologismo difundido e aceito. Trava-se um verdadeiro combate lingüístico, ou ideológico-lingüístico, que se estende à conquista da língua enquanto *visão do mundo*. Dessa disputa, nasce a mudança lingüística. Vê-se, pois, que ela ao mesmo tempo traduz e procura efetivar uma mudança social.

O movimento dialético entre os componentes de dois grupos que se opõem, provoca uma flutuação da consciência de neologicidade entre os membros da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Coseriu, E. — *Teoria del lenguaje y lingüística general*. Madrid, Gredos, 1969.
- 2 — Fishman, J. A. — *Sociolinguistique*. Paris, Nathan, 1971.
- 3 — Guilbert, L. — *La créativité lexicale*. Paris, Larousse, 1975.
- 4 — Labov, W. — *Sociolinguistique*. Paris, Minuit, 1976.
- 5 — Marcellesi, C. — *Introduction à la socio-linguistique. La linguistique sociale*. Paris, Larousse, 1974.
- 6 — Moles, A. — *Sociodinâmica da cultura*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- 7 — Pais, C. T. — *Ensaio semiótico-lingüístico*. Petrópolis, vozes, 1977.
- 8 — Sapir, E. — *Antropologie. Culture et personnalité*. Paris, Minut, 1967.
- 9 — Sapir, C. — *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio, Acadêmica, 1971.
- 10 — Whorf, B.B. — *Linguistique et anthropologie*. Paris, Denoël, 1967.